



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo**

**Termo de Doação nº 250/2022**

**Processo nº 2022-CT8XZ**

**TERMO DO CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ.**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0001-43, por intermédio **SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE - SESA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede à Rua Engenheiro Guilherme Jose Monjardim, nº 225, Enseada do Suá - VITÓRIA – ES, CEP 29050-260, neste ato representado por seu Secretário de Estado, **Nésio Fernandes de Medeiros Júnior**, brasileiro, casado, médico, RG 4.473.189, CPF/MF nº 032.055.359-01, endereço Rua Manuel Nunes do Amaral Pereira, Jardim Camburi, Vitória-ES, CEP 29050-580, denominado DOADOR, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE JAGUARÉ**, inscrito no CNPJ/MF 27.744.184./0001-50, Com Sede na Avenida 09 de Agosto, nº 2326- Centro, Jaguaré/ES, CEP 29.950.000, doravante denominado DONATÁRIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Marcos Antonio Guerra Wandermurem**, brasileiro, inscrito no CPF nº 732.142.567-34 e portador do RG nº 732.753 SPTC-ES, residente na Rua Sebastião Ribondi, nº129, Centro, Jaguaré/ES, CEP 29.950.000, consoante o processo administrativo tombado sob o nº **2022-CT8XZ**, por este instrumento e na melhor forma de direito, constituem o presente **CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS**, que se regerá em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, bem como os artigos 87 a 93 do Decreto Estadual nº. 1.110-R, de 12/12/2002, e alterações subsequentes, que regulamentam a Lei Estadual nº 2.583, de 12/03/1971, e nos termos do Enunciado n.º 29 do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente Contrato de Doação o bem móvel abaixo especificado

*a) Refrigerador para conservação de vacinas; tipo vertical; 280L*



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo**

Nº Patrimônio	Descrição	Conservação	Valor
11000000144119	Câmara de Armazenagem e Conservação de vacinas; 280L	Ótimo	13.600,00
11000000144120	Câmara de Armazenagem e Conservação de vacinas; 280L	Ótimo	13.600,00
<b>TOTAL</b>			27.200,00

1.1 O bem móvel descrito acima foi avaliado conforme laudo em anexo, que passa a ser parte integrante deste Termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

2.1 A presente doação tem como finalidade aprimorar a rede de frio do Programa Nacional de Imunização – PNI, através de aquisição de Câmara Fria para armazenamento de imunobiológicos para os municípios com Unidades Básicas de Saúde com sala de vacinação que ainda não possuem os equipamentos.

2.1.1. A inobservância da finalidade ora estipulada implicará a reversão da doação com imediata restituição da posse sobre o bem ao DOADOR.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

3.1 O presente termo de doação terá início no primeiro dia subsequente ao da data da publicação do seu resumo no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**4.1 DO DOADOR:**

- a) Transferir a posse do bem relacionado na Cláusula Primeira mediante a assinatura do competente Termo de Entrega e Recebimento;
- b) Dar baixa no almoxarifado e no patrimônio do bem doado, conforme disposto nos artigos 74 e seguintes do Decreto Estadual n.º 1.110-R/2002;



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo**

- c) Acompanhar a correta utilização do bem doado segundo a finalidade estabelecida na Cláusula Segunda;
- d) O DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual;

**4.2 DO DONATÁRIO:**

- a) Receber o bem doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;
- b) Adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do bem doado junto ao órgão competente e suportar quaisquer ônus financeiros decorrentes da doação (art. 90, *caput*, do Decreto 1.110-R/2002);
- c) Entregar à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, no prazo de 60 dias contados do recebimento, os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior, sob pena de reversão da doação, conforme estipula o parágrafo único do art. 89 do Decreto 1.110-R/2012;
- d) Não admitir a inclusão de material publicitário no bem que está recebendo em doação, salvo nas hipóteses do art. 37, § 1º, da Constituição Federal.
- e) Responsabilizar-se pela guarda, manutenção, reparo, substituição de peças, bem como zelar pelo bom funcionamento, mantendo o bem em bom estado de uso e conservação;
- f) Responsabilizar-se, integralmente, a partir do efetivo recebimento do bem, por quaisquer ônus e obrigações que recaiam sobre o bem doado ou decorram de sua utilização, os quais não poderão ser imputados ao DOADOR, ainda que subsidiariamente.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

5.1 O DONATÁRIO não poderá locar, alienar, ceder, transferir, trocar, vender ou leiloar, sob qualquer pretexto e a qualquer título, o bem doado.

5.2 O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Segunda do presente Contrato de Doação, sob pena de reversão.

5.3 Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

**CLÁUSULA SEXTA – DA REVOGAÇÃO, DA INDENIZAÇÃO, DAS PENALIDADES, DA REVERSÃO E DO DISTRATO**

6.1 O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver o(s) bem(ns) doado(s), arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo**

6.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.

6.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 6.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.

6.3 Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, o(s) bem(ns) reverterá(ão) ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.

6.4 O presente contrato de doação poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

7.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Nésio Fernandes de Medeiros Júnior**  
Secretário de Estado da Saúde  
DOADOR

**Marcos Antonio Guerra Wandermurem**  
Prefeito do Município Iúna  
DONATÁRIO



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo**

Testemunhas

1- Ass. \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

2- Ass. \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo